

ARIDEZ MENTAL: problema maior

José de Souza Silva

Mais grave que a aridez das terras é a aridez das mentes (em todos os níveis).

Naquelas, a falta de um manejo adequado e o desrespeito à harmonia dos fatores ambientais podem deflagrar um processo de desertificação capaz de exaurir sua fertilidade natural e tornar impossível a vida organizada dos vegetais e animais. Nestas, a pouca sensibilidade e a falta de vontade, de conhecimento, de consciência, de decisão de educação..., podem desencadear um processo de alienação capaz de fazer abortar idéias de progresso e de levar o homem a permanecer num caminhar estéril para o nada.

Por mais férteis que sejam as terras, mentes estéreis jamais conseguirão dinamizar a exploração racional do seu potencial.

Muitos, leigos e técnicos, já afirmaram que o Nordeste é inviável por sua condição de semi-aridez. Quantos desses, todavia, ousariam afirmar serem inviáveis 55% das terras do Globo? Sim, porque, considerando-se somente a precipitação pluviométrica, 55% da área continental (79.750.000 Km²) do Planeta são constituídos de zonas áridas e semi-áridas.

Há, ainda, os que, precipitadamente, analisam a semi-aridez do Nordeste sem uma reflexão mais profunda sobre os casos de outros países que, inclusive, estudam o problema há muito mais tempo que nós. Além do fato da semi-aridez não ser exclusividade do Nordeste do Brasil, esse fenômeno ocorre, em outras regiões do mundo, não só de forma mais drástica mas, também, em áreas mais extensas do que aqui.

Na superficialidade de seus questionamentos, os que dessa forma se posicionam conseguem apenas revelar a fragilidade de seus conhecimentos sobre a aridez no Nordeste e no Mundo. Desconhecem, por exemplo, uma análise mais sintética sobre a região semi-árida do Nordeste brasileiro, que, segundo Guimarães Duque no seu "Curso sobre Semi-Aridez e Lavours Xerófilas", apresenta condições físicas, climáticas e sociais "sui generis" não enquadráveis nas classificações dos padrões ecológicos de outras regiões secas ou semi-áridas da Terra.

"Situado na Zona Tropical, com temperatura do ar variando entre limites estreitos, coberto com uma atmosfera de uma camada de ar seco de 3.000 metros de altura, com 2.800 horas de luz solar por ano, com chuvas irregulares e variáveis no tempo e espaço, com os solos de formação granítica — gneissica e sedimentar — ondulados, sem grandes planícies, com vegetação da caatinga formando a floresta seca e rica de espécies vegetais, o Nordeste não tem similar no mundo árido onde predominam os desertos, o frio à noite, a escassez de vegetação e o nomadismo da população."

Ainda existem os que, influenciados por uma formação acadêmica calcada em conceitos e experiências de regiões temperadas, ouvem e dizem que o Brasil é um "País Tropical" apenas porque 92% do seu território localizam-se entre os Trópicos de Câncer e de Capricórnio. Necessitariam, porém, considerar que, no Nordeste, a faixa tropical conjuga-se com a semi-aridez da região, o que lhe confere peculiaridades suficientes para justificar um tratamento diferenciado em todos os campos de atividades. Existem, aproximadamente, 7.900.000 km² de terras tropicais no Brasil das quais 936.993 km² estão no "Polígono das Secas", área definida pela Lei nº 1.348, de 10.02.1951, e que correspondem a cerca de 59% da área do Nordeste. Essa substancial faixa de terra, portanto, no que diz respeito ao seu setor primário, suscita não o simples desenvolvimento de uma agricultura tropical mas sim o desenvolvimento de uma agricultura tropical semi-árida.

Sabe-se que um dos fatores mais limitantes da ocupação das regiões áridas e semi-áridas em todas as partes do mundo é a água, senão o maior deles. Nos dizeres do mestre da ecologia nordestina, Vasconcelos Sobrinho, "a vida gerou-se na água e existe na dependência da água por tal forma que toda estrutura viva é um depósito de água no qual se diluem substâncias minerais e orgânicas em graus diversos de concentração." Muitos há que, considerando isoladamente essa importância indiscutível do recurso água e pensando que a expressão "Polígono das Secas" traduz uma homogeneidade do quadro físico da região, imputam à escassez do precioso líquido a responsabilidade do atraso do desenvolvimento agrícola do Nordeste Semi-Árido. Essa visão unilateral de problema tão complexo revela a ignorância de que, com a disponibilidade do instrumental científico atual, a água, os recursos naturais não são mais, obrigatoriamente, os fatores decisivos do desen-

volvimento econômico, como aconteceu nos séculos passados. Estudos de solos, flora e observações meteorológicas do Nordeste indicam que esta parte do Brasil não é uniforme nas suas condições físicas; há diferenciações em grupos de municípios que formam ambientes ecológicos com suas nuances acentuadas.

A idéia de um Nordeste igualmente semi-árido não resiste, pois, a exames mais criteriosos e muitos erros foram cometidos em nome da aridez generalizada como o da "solução hidráulica" que ruuiu porque a água não é o fator limitante do progresso geral de uma região. Guimarães Duque já argumentava, questionando "por que o Ceará semi-seco é mais desenvolvido do que o Maranhão chuvoso? Por que a Islândia, com maior área, mais recursos naturais, melhor clima, etc., tem renda per capita inferior à Dinamarca, de clima gelado, solos pobres, e menos recursos naturais? Por que na França com mesmo clima, leis, governo, mesma gente, a Bretanha com menos recursos naturais ultrapassa, em produtividade per capita, a Gasconha?" O subdesenvolvimento é um fenômeno universal. Ele existe entre continentes, Europa versus África: entre países do mesmo continente, Brasil versus Paraguai; entre regiões do mesmo país, Centro-Sul do Brasil versus Nordeste do Brasil.

Na atualidade, o fator poderoso que pode impulsionar o progresso é a vontade do povo, de trabalhar, de melhorar, de vencer os obstáculos, de triunfar sobre limitações; é a decisão de aprender mais, de renovar conhecimentos, de cooperar, de poupar para formar capital; é a consciência de empregar bem os investimentos, de zelar pelos interesses coletivos; é, sobretudo, a educação da massa, para melhorar constantemente, mantendo-a bem informada sobre os processos e avanços tecnológicos através de uma equipe numerosa, sensibilizada e bem qualificada, de extensionistas, pesquisadores e outros técnicos, pois o homem ignorante é perdulário do tempo, dinheiro e esforços. O progresso, na verdade, exige, dos homens, atitudes de progresso.

Sobre a seca no Nordeste, ocorre um fato particularmente interessante: não são poucos os que se surpreendem com sua chegada e que pensam, comentam, planejam ou agem sobre ela como se fosse um fenômeno extraordinário. Considerando toda a região Nordeste, a seca ocorre de forma localizada ou generalizada e, na verdade, somente dois em cada dez anos, aproximadamente, são total-

mente regulares para a agricultura. O geógrafo Manoel Correia de Andrade da Universidade Federal de Pernambuco explica que a variação das taxas pluviométricas e de distribuição das chuvas, mais ou menos concentradas em determinados períodos, é consequência tanto da ação das massas de ar, responsáveis pela umidade e pelas precipitações — a Equatorial Continental, formada ao Norte do Equador, e a Tropical Atlântica, originária do Atlântico Sul, assim como da progressão para o Norte, da Massa Polar Antártica — como também das condições topográficas e geográficas. O mestre Guimarães Duque, ainda no seu “Curso sobre Semi-Aridez e Lavouras Xerófilas”, esclarece que: “se o verão de janeiro a março apresentar intensas e contínuas “passagens” da “Frente Polar” no Sul do Brasil, as mudanças atmosféricas serão, também, contínuas no Nordeste, com inundações graves (como sucedeu em 1924, 1947, por exemplo), e isso será tido como um “bom inverno”; se, por outro lado, o verão for muito quente no Sul do Brasil, com reduzidos e raros avanços da “Frente Polar”, a “Frente Tropical” permanecerá retida no Atlântico Norte, trazendo ao Nordeste forte seca (como sucedeu em 1877, 1915, 1932, por exemplo), e isso será tido como um “mau inverno”. Duque vai mais além, delineando como realizar um prognóstico de tais fenômenos, que se resume em prever com antecedência de três a seis meses a “Pressão nos Açores” (o método foi desenvolvido por Adalberto Serra e é citado por Otomar de Carvalho no “Plano Integrado para o Combate Preventivo aos Efeitos das Secas no Nordeste” como o método de previsão que apresenta maior consciência científica e maior grau de certeza probabilística). Segundo Serra, “a pressão será elevada em janeiro nos Açores, trazendo, portanto, seca para o Nordeste, quando em julho do ano anterior forem observadas:

1. **Pressões baixas** na Groelândia, Islândia, Alasca, Havaí, Estados Unidos, Índia, Somoa, Buenos Aires e Ilhas Arcadas.
2. **Pressões altas** em Zanzibar, Port Darwin e Capetown.
3. **Temperaturas baixas** na Groelândia e no Japão.
4. **Temperaturas altas** no Havaí, Índia, Dacar, Somoa e Santa Helena.”

Quando ocorrer o oposto, o ano será de boas chuvas, acrescenta Duque e justifica: “nos anos de secas, a Frente Tropical permanece no Atlântico Norte que assim apresentará, de janeiro a março, um quadro “isobárico” idêntico ao normalmente verificado em julho, portanto com elevada pressão nos Açores, dominados por “anticiclone quente” bastante intenso; já nos anos de grandes chuvas no Nordeste, as freqüentes invasões de ar frio no Sul do Brasil, acompanhadas de outras nos Estados Unidos, destroem aquele “anticiclone quente”, trazendo aos Açores pressões muito baixas.”

Não há dúvidas, pois, que a seca é um fenômeno normal no Nordeste e, como tal, não pode ser combatido, restando-nos

estudá-lo e compreendê-lo em sua essência para, definitivamente, encontrarmos formas locais consoantes com suas peculiaridades, para uma convivência racional onde os mais graves dos seus efeitos sejam neutralizados ou reduzidos nas suas consequências.

A respeito de muitos dos efeitos da seca — a falta d'água para o consumo humano, animal e vegetal e a escassez de alimentos e pastagem, para a família e o rebanho, respectivamente, por exemplo — há quem se posicione afirmando serem praticamente inevitáveis, de difícil solução e, por isso, ou se acomodam ou buscam sofisticadas técnicas alienígenas para o mister. Deixam, pois, de observar o óbvio: as soluções já adotadas por alguns produtores, umas mais recentes mas, algumas de existência secular, como as cisternas que coletam a água de chuva dos telhados das casas. Não obrigatoriamente aquelas de alvenaria, luxuosas, sugeridas, em 1877, numa das memoráveis sessões do Instituto Politécnico do Rio de Janeiro, conforme Euclides da Cunha registra em seu “Os Sertões”, mas de um tipo sempre adequado à situação da família e da propriedade. Poderia, até mesmo, ser do tipo mais rústico como o das que encontra o tenente holandês Jugens Reijbach, no

*Sendo a seca um fenômeno natural,
resta-nos estudá-lo e compreendê-lo em
sua essência, para encontrarmos
formas de conviver com ele e
neutralizar os seus mais graves efeitos.*

dia 18 de março de 1645, e que, conforme o alagoano Adalberto Cavalcanti Lins em seu “O Tigre dos Palmares”, assim está registrado no “diário de viagem”: “no dia 18, homens do tenente Reijbach encontraram o “velho” Palmares abandonado pelos negros, havia três anos (1642), por insalubre. Este Palmares tinha meia milha de comprimento e duas portas: a rua era da largura de uma braça, havendo no centro duas cisternas...”

Na verdade, os que conhecem de fato muitas propriedades situadas nas regiões secas de diferentes estados do Nordeste já observaram algumas atividades sendo sucesso isoladamente mas sem, com isto, promover o progresso da propriedade como um todo. Numa propriedade, há uma cisterna captando água do telhado da casa e assegurando o consumo familiar, mas o açude, apesar de muita água espalhada, seca nos anos de estiagens prolongadas, deixando de saciar o rebanho; noutra fazenda, há um pequeno ou médio açude com um “caixão” bastante amplo e profundo que nunca secou porque, nos dizeres do produtor, ali, a maior parte da água está “escondida do sol”, mas não tem uma cisterna para oferecer água potável para a família; noutro imóvel, há uma reserva de palma forrageira ou tem capim Buffel que sustenta o rebanho na época

da escassez de pastagem nativa, mas não tem alimento suficiente para a família porque o agricultor não explora ou não sabe explorar convenientemente a vazante do seu açude; noutra propriedade, há quantidade razoável, e às vezes abundante, de alimento para a família, proveniente da exploração adequada da vazante do açude ou rio, mas não há uma reserva alimentar para o rebanho e o produtor obriga-se a vender barato parte do gado ou a comprar ração concentrada ou palma forrageira, que na época de escassez das pastagens alcança preços astronômicos. Uma análise simples, restrita apenas a estes poucos exemplos (existem inúmeros), é suficiente para suscitar estes questionamentos, entre tantos outros:

1. Por que os produtores não conseguem reunir, na mesma fazenda, estas e outras práticas que já são sucesso noutras propriedades, mesmo na época da seca?
2. O que impede a muitos, planejadores e executores, contemplarem a integração destas e de outras atividades nas ações de intervenção para o meio rural, quando a finalidade for a formação de uma infra-estrutura de resistência aos efeitos da seca?
3. Se já existem algumas soluções, não estariam faltando, para integrá-las e implementá-las, algumas decisões entre os Produtores, Extensionistas, Pesquisadores, Autoridades, Lideranças?

Ressalve-se que a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) já promoveu, em Patos-PB de 06 a 10.07.81, uma Reunião Técnica para definição de sistemas e estratégias de exploração de pequenas e médias propriedades da região semi-árida com a participação de pesquisadores, extensionistas e produtores, bancos oficiais (BNB e BB), Universidades (CE e PB), DNOCS e PROJETO SERTANEJO, na qual o CPATSA-EMBRAPA esteve presente e considerou, a iniciativa e seus resultados, extremamente importantes para subsidiar o “ênfase sistêmico” que deve ser adotado em quaisquer ações dirigidas para as unidades de produção localizadas no Trópico Semi-Arido. Espera-se, apenas, que, ao contrário do que já ocorreu no passado com outras iniciativas, os resultados de tão expressiva reunião recebam o apoio interinstitucional, político e financeiro necessários para sua implementação, a nível de planejamento e de execução.

Nesta análise, que nunca conseguiria ser acabada, uma conclusão está delineada em toda sua extensão: no Brasil, muitos sabem um pouco sobre a aridez do Nordeste e de outras regiões do mundo, mas, poucos sabem muito a respeito das nuances que o fenômeno assume nos diferentes pontos de sua ocorrência. E, infelizmente, esse conhecimento, particularmente no que tange ao Nordeste brasileiro, representa um dos dentes ausentes na engrenagem do nosso desenvolvimento. Até quando? A que preço?

O agrônomo José de Souza Silva é Coordenador de Difusão de Tecnologia do CPATSA.